

União sem recursos para investir

Economia - Brasil

16 ABR 1989

GAZETA DA MANHÃ

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

Insistir em cortes adicionais nos gastos do governo, sem enxugar a máquina administrativa com a extinção de órgãos públicos e a demissão de pessoal, significa agravar o processo de deterioração dos ativos físicos do setor estatal. Isso já vem ocorrendo com rodovias, escolas e hospitais, pois não existe mais espaço para diminuir despesas e os investimentos da União não passarão, neste ano, de irrisório 0,47% do Produto Interno Bruto (PIB).

Essa advertência foi feita ontem pelo secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria do Planejamento (Seplan), Pedro Pullen Parente, em exposição na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Os ex-ministros Antônio Delfim Netto e Francisco Dornelles, que ouviram a exposição, concordaram em que é preciso aumentar urgentemente a carga tribu-

tária, sob pena de se comprometer ainda mais o desenvolvimento econômico.

Para agravar esse quadro, o governo já admite uma queda das receitas com que contava quando lançou o Plano Verão, levando o titular da Secretaria de Orçamento e Finanças a antever "uma situação de caixa bastante afliitiva para o Tesouro Nacional", uma vez que as despesas já foram fixadas no orçamento da União aprovado pelo Congresso.

A queda nos investimentos públicos — que já representaram 2,8% do PIB em 1975 — decorre também do crescimento de 94% nas despesas da União com a folha de pagamento de seus funcionários, de 1984 até agora. Somente neste ano, pelos dados da Seplan, o gasto com pessoal consumirá NCz\$ 16,7 bilhões, equivalentes a 3,81% do PIB. O deputado Delfim Netto (PDS-SP) considerou esse aumento dos gastos "um retrocesso do arco da

velha" em comparação com a tendência do início da década.

O esgotamento da capacidade de investimentos da União pode ser atribuído ainda à crescente opção por vincular receitas a despesas específicas, ao mesmo tempo que a Constituição obriga o Tesouro a repassar uma parcela maior da arrecadação para os estados e municípios.

"Não somos contra esse aumento das transferências, de 33% da arrecadação em 1988 para 42,5% neste ano, mas é necessário repassar também os encargos aos governos estaduais e municipais", disse Parente, numa referência à ação do Congresso contra a ex-Operação Desmonte.

Somado às maiores transferências, o aumento das despesas vinculadas — de 16,3% em 1970 para 28,2% neste ano — vem deixando o Tesouro com uma parcela cada vez menor de receita disponível, que caiu de 71,6% do PIB há dezesseis anos para apenas 43,2% no atual exercício.

O secretário de Orçamento e Finanças admitiu que o governo autorizou no ano passado a emissão de títulos da dívida pública em volume "superior à capacidade de absorção do mercado", principalmente antes da criação das LFT, sendo obrigado a remunerar o Banco Central por esse excesso.

Para que distorções como esta não venham a se repetir, tanto o representante da Seplan quanto os membros da Comissão de Finanças concordaram em que é preciso, em conjunto com o Executivo, preparar urgentemente a lei que vai regulamentar as finanças do setor público, como exige a Constituição.

O governo poderá ficar impossibilitado, a partir de julho, de utilizar como órgãos de decisão econômica os conselhos Monetário Nacional (CMN), Interministerial de Preços (CIP) e de Política Aduaneira (CPA). A advertência é do presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que não vê clima no Congresso para a aprovação da medida provisória prorrogando por um ano aqueles órgãos.